

Trajétórias sociais: processo de intervenção com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas

Social Trajectories: Intervention Process with Youngsters in Compliance with Socio-Educational Measures

Trayectorias sociales: proceso de intervención con jóvenes en cumplimiento de medidas socioeducativas

Liandra Savanhago¹
Camila Trindade²
Tielly Rosado Maders³

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas potencialidades do uso de uma ferramenta de intervenção com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, como uma proposta de complemento aos atendimentos psicossociais desenvolvidos no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). Para tanto, foi utilizada a ferramenta “Trajetórias Sociais”, proposta por Gaulejac (2014) e Soares e Sestren (2007), com dois jovens em cumprimento de medida socioeducativa. O uso da respectiva ferramenta possibilitou compreender os vínculos entre a história pessoal, familiar e social dos sujeitos, bem como entender as múltiplas determinações que permeiam as ações humanas. Com a elaboração da intervenção, foi possível perceber a aproximação do modo como os sentimentos e concepções de mundo são apropriadas em relação às experiências da vida cotidiana na realidade social em que tais jovens vivem.

Palavras-chave: Medida socioeducativa. Trajetórias Sociais. Estratégia de intervenção. Psicologia Social.

Abstract

This paper aims to present some potential about the use of an intervention tool with youngsters in compliance with socioeducative measures in open environments, as a proposal to complement the psychosocial care developed at the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS). For this, the tool “Social Trajectories”, proposed by Gaulejac (2014) and Soares and Sestren (2007), was used with two youngsters in compliance with socioeducative measure. The use of the tool enabled to understand the links between the personal, family and social history of the subjects, as well as the multiple determinations that permeate human actions. With the elaboration of the intervention, it was possible to perceive the way the feelings and conceptions of the world are appropriate in relation to the experiences of daily life in the social reality in which these youngsters live.

Keywords: Socio-educational measure. Social trajectories. Intervention strategy. Social Psychology.

Resumen

Este artículo tiene por objetivo presentar algunas potencialidades del uso de una herramienta de intervención con jóvenes en cumplimiento de medidas socio educativas en medio abierto, como una propuesta de cumplimiento de los atendimientos psico sociales desarrollados en el Centro de Referencia Especializado em Assistência Social (Creas). Para tal, utilizamos la herramienta “Trajetórias Sociais”, propuesta por Gaulejac (2014) y Soares y Sestren (2007), con dos jóvenes en cumplimiento de medida socio educativa. La utilización de la respectiva herramienta ha posibilitado comprender los vínculos entre la historia personal, familiar y social de los sujetos, así como comprender las múltiples determinaciones que impregnan las acciones humanas. Desde la elaboración

¹ Universidade Federal de Santa Catarina.

² Universidade Estadual de Maringá.

³ Universidade Federal de Santa Catarina.

Savanhago, L., Trindade, C., & Maders, T. R. Trajetórias sociais: processo de intervenção com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

de la intervención, ha sido posible percibir la aproximación del modo como los sentimientos y concepciones del mundo son apropiadas por las experiencias cotidianas en la realidad social en la cual están estos jóvenes.

Palabras claves: Medida Socioeducativa. Trayectorias Sociales. Estrategia de intervención. Psicología Social.

Introdução

Não é de hoje que as temáticas das juventudes e das medidas socioeducativas estão presentes em pesquisas científicas e na literatura brasileira. Rizzini (1997) e Rizzini e Pilotti (1995/2011) descrevem em seus livros *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil* e *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* histórias sobre o tratamento a que crianças e jovens eram submetidos no Brasil desde o contexto do início da República. Histórias essas marcadas por diversas violações dos direitos humanos, tanto por parte do Estado, como da própria sociedade civil. Essas/es autoras/es evidenciam que as raízes do estigma e criminalização do jovem negro, pobre e residente na periferia, como ameaça à sociedade ou “em perigo de ser”, foram construídas durante o período da colonização e do regime escravista e perpetuam-se na sociedade e nos aparelhos estatais até os dias de hoje. Isto é, o desenvolvimento do racismo no Brasil assumiu formas histórico-culturais específicas em relações sociais baseadas em dominação, privilégios, hierarquias e desigualdades de diversas ordens (culturais, psíquicas, políticas), as quais legitimam o genocídio de populações pobres e negras e configuram até hoje os diferentes discursos e papéis desempenhados pelo Estado (Schucman, 2010).

Ao longo da história, observam-se alguns avanços na tentativa de superação dessas formas de relações entre sociedade e Estado. Como exemplo disso, destaca-se a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA 1990), o qual se trata de uma Lei Federal que passa a considerar a criança e o adolescente como sujeitos providos de direitos sociais: “o Estatuto foi o principal avanço e maior recompensa

para as crianças e adolescentes que não possuíam uma legislação específica que determinasse os seus direitos” (Freitas, Silva & Gama, 2017, p. 279). Assim, o ECA representou um avanço na compreensão dos diversos fenômenos que envolvem a vida de crianças e adolescentes, sobretudo na ênfase dada à perspectiva de que as medidas socioeducativas deveriam privilegiar o caráter educativo em detrimento do punitivo (Malvasi, 2011).

O ECA foi construído sob a doutrina jurídica da proteção integral, princípios mais igualitários entre os sujeitos, e é considerado uma das leis mais avançadas do mundo. Em teoria, o estatuto reconhece a criança e o adolescente como cidadãos e garante a efetivação dos seus direitos básicos com absoluta prioridade, independentemente de suas origens sociais (Arend, 2011). Além disso, dispõe de uma variedade de medidas socioeducativas direcionadas aos jovens que cometeram atos infracionais, as quais são agrupadas em medidas socioeducativas em meio fechado (internação, semiliberdade) e medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade, reparação do dano e advertência), portanto, as medidas socioeducativas acabam se diferenciando das medidas protetivas (Lei n. 8.069, 1990). A versão atualizada da Lei que tipifica a execução de medidas socioeducativas se trata do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamentado no ano de 2012. Esse sistema apresenta os seguintes objetivos para o atendimento às medidas socioeducativas:

- I - A responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;
- II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento;
- e III - A

desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei. (Lei n. 12.594, 2012).

Mesmo com o avanço da lei da proteção integral, a qual propõe a garantia de direitos e de cidadania, é fundamental ressaltar que no contexto brasileiro, marcado por extremas desigualdades e racismo, as determinações judiciais continuam sendo, em sua esmagadora maioria, destinadas a um segmento juvenil bem demarcado, composto de jovens pobres, negros e com baixa escolaridade (Brasil, 2015). Além disso, é importante evidenciar que esses jovens não são o segmento que mais comete ato infracional, mas sim os que são mais penalizados (Wacquant, 2001).

A parcela de jovens mais penalizados, por sua vez, é tratada, de acordo com Sales (2007), como o alvo de sucessivas violações de direitos sociais, antes mesmo das práticas de atos infracionais. Exemplo disso é a desigualdade no acesso à educação e ao mercado de trabalho (Schucman, 2010).

Nesse contexto, a fronteira para a visibilidade social passa a ser estabelecida à medida que há o contato com a prática dos atos infracionais e o controle do Estado. Em outras palavras, Sales (2007) define o paradoxo da (in)visibilidade social da juventude a partir de uma vulgarização do sofrimento e da dor que passam os jovens em suas áreas de moradia, com privações materiais, culturais e muitas vezes afetivas – ao mesmo tempo em que se focaliza nesses jovens apenas os aspectos relacionados ao preconceito, ao medo da violência, generalizados por características físicas, sociais e formas de comportamento; sendo que tais estigmas são acentuados pela grande mídia, pois “a sociedade generaliza a situação e passa a julgar qualquer jovem pobre que vive na periferia” (Feffermann, 2006, p. 15).

Ao expor alguns aspectos da realidade de grande parte dos jovens que frequentam as medidas socioeducativas em meio aberto, constata-se que, de acordo com Gaulejac (2014), a história é “atuante”, na medida em que condiciona os comportamentos, os modos de ser e as atitudes dos diferentes membros de uma família. Assim, para compreendê-la, torna-se necessária a análise dos mecanismos sociais que estruturam a existência individual, não somente do seu interior, ou “em si”, mas igualmente do exterior (Gaulejac, 2014). Ou seja, é necessário perceber de que modo a história individual é socialmente determinada e é atuante na constituição dos diferentes modos de ser das juventudes.

Tendo em vista os elementos apontados, as reflexões que envolvem o presente artigo foram constituídas a partir de uma experiência de estágio obrigatório em Psicologia Social desenvolvido em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), situado em um município catarinense.

O Creas é um equipamento público que compõe a Política Nacional de Assistência Social no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Tal equipamento compõe diversos serviços para famílias e indivíduos, mas, no geral, tem como função oferecer apoio especializado para pessoas que tiveram seus direitos violados. Um desses serviços diz respeito às Medidas Socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, destinado aos jovens entre 12 e 18 anos de idade, excepcionalmente para jovens de até 21 anos de idade, encaminhados pelo Poder Judiciário.

Flores (2011) destaca, a partir das orientações do Sinase, que a organização das ações socioeducativas deve exercer influência sobre a vida do jovem que cumpre medida socioeducativa, contribuindo para a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social

e o respeito às diversidades, possibilitando que esse sujeito assuma um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária.

A utilização de ferramentas durante o estágio citado, com vistas a possibilitar ao jovem em cumprimento de medidas socioeducativas um espaço de escuta e reflexão sobre as suas trajetórias de vida, ensejou a produção das reflexões a seguir.

O presente trabalho tem como objetivo evidenciar potencialidades de uma proposta de complementação dos atendimentos socioeducativos com a ferramenta das Trajetórias Sociais (TS). Ao discutirem as TS, Gaulejac (2014) e Soares e Sestren (2007), propõem uma ferramenta para analisar os vínculos entre história pessoal, familiar e social, a fim de compreender melhor o indivíduo (que é ao mesmo tempo produto e produtor de sua história) e como se constroem os sujeitos no cruzamento de sua história familiar e de sua trajetória social.

Para a efetivação de tal proposta, a seguir são apresentados os pressupostos teóricos sobre as Trajetórias Sociais enquanto possibilidade de ferramenta de intervenção psicossocial. Posteriormente são evidenciados os aspectos metodológicos que envolveram a construção do presente estudo e o estágio realizado. Em seguida, é discutido o processo de construção das Trajetórias Sociais durante os atendimentos realizados no período de estágio no Creas com dois jovens que cumpriam medidas socioeducativas.

Trajetórias sociais: aspectos teóricos

A articulação entre os aspectos psicológicos e sociológicos é o ponto de partida para a compreensão das Trajetórias Sociais dos sujeitos (Gaulejac, 2014). Isto é, de acordo com o mesmo autor, as pessoas são, inicialmente, herdeiras, produto de fatores psicológicos, sociais, ideológicos e culturais. Ainda segundo o autor, o emprego e os estudos que

“escolhe”, a residência em que mora, o modo de vida que o caracteriza e as ideologias que cada sujeito defende são produtos de sua experiência biográfica. Devido a esses pressupostos, entende-se que por meio da história tem-se a possibilidade de compreender como cada sujeito é levado a ocupar uma ou outra posição social. Ou seja, o que é denominado como “destino” nada mais é que a expressão daquilo a que fomos encaminhados por aqueles que nos precedem, na relação com a realidade social (Gaulejac, 2014).

Uma das especificidades da espécie humana, consoante Gaulejac (2014), diz respeito à possibilidade de cada indivíduo agir sobre si mesmo, de operar um trabalho sobre o que ele é, de se autoconstituir em personalidade, em sujeito. Assim, a “tomada de consciência” das maneiras pelas quais se “escolhem” determinados caminhos e não outros são condicionadas pela história. A reflexão e compreensão destas pode levar as pessoas a modificá-las, compreendendo em que medida foram trilhados os diferentes caminhos (Gaulejac, 2014).

Portanto, existe a possibilidade de um sujeito integrar sua história de modo a compreendê-la e identificá-la, o que pode levar a reconhecê-la e, portanto, buscar modificar a maneira como essa história age sobre ele, a partir de um “mergulho” no que foi vivido; pois a vida não é linear, mas um processo em constante transformação, aberto a múltiplas possibilidades.

Sobre o processo de constituição dos sujeitos e suas trajetórias, Gaulejac (2014) destaca que as pessoas são ativas na produção de sua história. Para compreender esse processo, segundo o autor, é fundamental:

[...] levar em conta a singularidade, enquanto cada história é, diferente, embora inscrita em uma história comum. Se a história faz do homem um indivíduo programado, este guarda a capacidade de modificar essa

programação, de operar uma reescrita. Tomar consciência da maneira como suas “escolhas” são condicionadas pela história pode levar o indivíduo a modificá-las, compreendendo em que medida ele foi, de algum modo, obrigado a se conduzir assim. (Gaulejac, 2014, p. 34).

Diante disso, o principal objetivo das Trajetórias Sociais é que os indivíduos se “compreendam como produto de uma história da qual buscam se tornar sujeitos” (Gaulejac, 2014, p. 167). Além do mais, como complementa Soares e Sestren (2007), as Trajetórias Sociais permitem dialetizar dois aspectos: o descritivo, que diz respeito à própria história dos sujeitos; e o analítico, que trata sobre a reflexão sobre sua história.

Nessa perspectiva, Diogo e Coutinho (2011), nas conclusões de seus estudos, destacam o papel e a importância do/a pesquisador/a no processo de construção das trajetórias socioprofissionais, tanto no que diz respeito ao estabelecimento dos vínculos com os sujeitos quanto para contribuir com o processo de produção de reflexões que os sujeitos realizam sobre as suas experiências de vida. Dubar (1998), ao discutir sobre a constituição das trajetórias individuais, aponta a possibilidade de dois eixos de compreensão destas: o primeiro trata dos aspectos objetivos, relacionados às posições sociais; o segundo, dos aspectos subjetivos, os quais envolvem relatos de visões que os sujeitos desenvolvem sobre si e sobre o mundo.

Relacionado a esses aspectos, como proposta de análise das trajetórias, Gaulejac (2014) aponta quatro eixos possíveis de discussão: O primeiro diz respeito à genealogia familiar, que envolve a “‘herança’ afetiva, cultural, econômica e ideológica que cada um recebe e que condiciona sua inserção social” (Gaulejac, 2014, p. 167); o segundo é o projeto parental e envolve as projeções dos pais sobre o desenvolvimento e a vida de seus filhos; o terceiro, nomeado romance familiar, é a forma como “cada um realiza

uma reescrita de sua história aproveitando ‘histórias de família’ para passar da história vivida à historicidade” (Gaulejac, 2014, p. 167); e, por fim, as discussões sobre as “escolhas e rupturas da existência (escolhas profissionais, políticas, amorosas, rupturas familiares, ideológicas, etc.)” (Gaulejac, 2014, p. 167).

Nesse sentido, é importante destacar que o autor, ao desenvolver tal proposta, aponta como potencialidade desta a possibilidade de os sujeitos refletirem a partir de suas experiências sobre o desenvolvimento do seu próprio futuro. Coutinho (2009) também contribui, nessa perspectiva, afirmando que a produção das trajetórias identitárias, como estratégias de intervenção, favorece a compreensão das relações que se estabelecem entre os sujeitos e o seu contexto atual de vida relacionado ao mundo do trabalho.

Portanto, tomando como base a metodologia de Gaulejac (2014) e as contribuições de Soares e Sestren (2007), entende-se que o uso das Trajetórias Sociais com os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas possibilita que esses sujeitos compreendam as diferentes determinações que constituem as relações de suas vidas. Com isso, ocorre um movimento que permite aos jovens entenderem sua constituição como produto de determinado momento histórico e da mesma forma produzido por eles. Esse processo potencializa outras formas de ação e intervenção dos jovens em relação a si mesmos e ao mundo.

Método: construindo o processo de intervenção a partir das Trajetórias Sociais

O referido estágio teve duração de um ano e meio, realizado no período de 2015 e 2016, sendo que o acompanhamento com os interlocutores da pesquisa teve a duração de aproximadamente seis meses. A escolha do

campo de estágio ocorreu de forma deliberada, tendo em vista o interesse da estagiária em compreender os fenômenos sociais que perpassam as histórias dos sujeitos que chegam até o respectivo serviço, além de poder participar do/no cotidiano de trabalho das profissionais inseridas no Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Durante a participação e observação da/na prática das profissionais, identificou-se a possibilidade de atuação com ferramentas que auxiliassem no processo de acolhimento e compreensão dos processos vivenciados pelos jovens que frequentavam o respectivo serviço. Nesse sentido, depois de um extenso acompanhamento com dois jovens e suas respectivas famílias, a estagiária propôs a construção das Trajetórias Sociais, a qual foi consentida por todos os envolvidos.

Este estudo vai ao encontro do que estabelece o ECA e a Resolução n. 510/2016, que resguardam o respeito pela dignidade humana e a proteção aos participantes envolvidos na investigação. Diante disso, garantiram-se o anonimato e o resguardo das informações compartilhadas de ambos os participantes. Além disso, informou-se a eles que a recusa na elaboração da ferramenta não implicaria qualquer prejuízo no cumprimento da medida socioeducativa.

Quanto à operacionalização das Trajetórias Sociais, em um primeiro momento, apresentou-se a dinâmica e solicitou-se a construção de um simplificado genograma familiar, colocando a ocupação e escolaridade de seus familiares mais próximos. Posteriormente, requisitou-se a realização de uma linha da vida; na parte superior, os jovens colocaram marcações com o ano, para demarcar os respectivos aspectos laborais e educacionais considerados significativos em suas trajetórias, e na parte inferior, os aspectos sociofamiliares.⁴

Durante o encontro, os jovens elaboraram e apresentaram simultaneamente os acontecimentos de sua vida. Ao fim da elaboração e apresentação das Trajetórias, o encontro foi encerrado, incentivando-os a realizarem uma integração do que foi trabalhado até o momento.

É válido pontuar que não existe prática profissional ou ferramentas de apoio sem um posicionamento político, ou seja, a atuação profissional exige um posicionamento ético e precisa ser compreendido criticamente em um processo histórico (CFP, CRP, Crepop, 2013).

Com base nessas considerações, ao construir um processo de intervenção baseado nas Trajetórias Sociais, é importante entender que a dimensão sócio-histórica também está presente na história individual dos sujeitos (Gaulejac, 2014) e que a presença de contradições e rupturas não deve ser entendida de forma individual e isolada da realidade social.

A partir desses pressupostos, são apresentados a seguir os procedimentos para elaboração das Trajetórias Sociais, juntamente com as discussões referentes aos dois atendimentos psicossociais realizados durante o estágio com os jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Foram utilizados os pseudônimos de João e Pedro para nomear os jovens participantes, ambos do gênero masculino, que tinham 16 anos de idade no momento dos atendimentos e são residentes no município onde estavam em atendimento semanal. João estava no curso de sua medida socioeducativa de Liberdade Assistida, e Pedro, no processo de finalização de sua medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade. Cabe destacar que se dará ênfase apenas às medidas socioeducativas dos jovens participantes, não aos atos infracionais, a fim de não dar visibilidade à prática do ato, seus motivos e tantas outras questões que possam vir a resvalar para o discurso

⁴ Para mais detalhes, figura das Trajetórias Sociais pode ser consultada em: Gaulejac (2014, p. 179).

naturalizado que conduz à criminalização da juventude (Savanhago, 2019).

Resultados e discussões: Trajetórias Sociais como possibilidades de intervenção

A operacionalização das Trajetórias Sociais é explicitada com mais detalhes neste trabalho conforme o processo de construção que ocorreu com os jovens em atendimento de medida socioeducativa. Inicialmente a proposta foi apresentada aos sujeitos e, depois do convite e aceite para a participação, os jovens foram convidados a construir um genograma familiar, em seguida a elaboração de suas trajetórias sociais e, por fim, a finalização da intervenção integrando todos os aspectos que foram evidenciados.

É importante destacar que no momento da produção da trajetória a “linha” cronológica não ocorreu de forma linear, pois, assim como a própria vida, o processo de escrita, compreensão dos eventos e a descrição destes ocorreram de forma simultânea. Por exemplo, a própria equipe técnica foi levantando questionamentos sobre momentos específicos que consideraram pertinentes.

Inicialmente, foi apresentado aos jovens todo o funcionamento da dinâmica e a disponibilidade da equipe técnica em auxiliá-los no processo de escrita, caso fosse necessário. Posteriormente, foi solicitado aos jovens que construíssem um genograma familiar em uma grande folha de papel, para que apresentassem os avós, pais e/ou responsáveis, irmãos, até a sua geração, colocando os familiares mais representativos para o jovem e, em cada um, uma caracterização acerca de suas profissões, ocupações, escolaridades, características singulares, o que gostam de fazer no dia a dia.

De acordo com Soares e Sestren (2007), essa etapa do processo permite levantar a identidade hereditária, sendo essa identificação da realidade social,

situada na genealogia, um elemento determinante para compreender a construção social e afetiva dos sujeitos. Gaulejac (2014) salienta que nesse momento pode ser solicitado que sejam anotados sinais particulares que distingam este ou aquele membro da família, por exemplo: qualidades específicas, defeitos, momentos de fracassos, doenças, levando em conta que o objetivo do genograma não é recolher informações objetivas sobre a estrutura familiar, mas sim projetar em uma folha de papel a representação da família de forma mais ampla (Gaulejac, 2014). Para o autor, o desenho do genograma trata-se de um processo significativo, tanto pelo que este explicita quanto pelos vazios, ausências e faltas que revela. O esquecimento em que caiu esse ou aquele personagem, essa ou aquela linhagem costuma ser indicativo das questões sociais que permeiam a família.

É interessante observar que esses aspectos expostos pelo autor vão ao encontro com o que foi falado e explicitado durante a elaboração da árvore genealógica de João. O jovem desde a infância residiu apenas com uma avó e irmãos, embora a mãe seja a responsável legal pelos filhos e resida no mesmo terreno. A partir dos atendimentos psicossociais, foi possível identificar a existência de uma barreira afetiva entre a mãe de João e seus filhos e a ausência da figura paterna, que pode ser materializada nos vazios e ausências durante a construção do genograma. Pedro, por sua vez, embora resida com a mãe, retrata a árvore genealógica mais voltada à linhagem paterna, com uma representação voltada a aspectos negativos da genitora. Com certa dificuldade em se expressar em palavras, Pedro contou que seu pai havia herdado “coisas ruins” por parte de seus avós, e que tais *coisas ruins* não estariam no *plano material*, mas sim relacionadas ao espiritual, atreladas a elementos religiosos.

Já na etapa de construção das Trajetórias Sociais, os jovens foram convidados e orientados a construir uma

linha de sua vida a partir de uma organização cronológica (Soares & Sestren, 2007). Na parte superior da linha, foram colocadas as trajetórias ocupacionais, escolares, os cursos realizados, as épocas em que saíram da escola, que pararam de estudar etc. Na parte inferior, foram destacados os aspectos sociais, familiares, políticos e econômicos marcantes em suas histórias de vida até o momento.

Considerando as características da ferramenta, a divisão entre questões ocupacionais, sociais e familiares, expostas na proposta de Trajetória Social de Gaulejac (2014) e Soares e Sestren (2007), são divisões didáticas que servem para orientar o procedimento, tanto para a equipe quanto para o jovem, tendo em vista que, durante a elaboração, os aspectos levantados foram se entremeando conforme os jovens contavam as suas histórias. Baseado em Gaulejac (2014), nesse processo, foi dado como sugestão que destacassem as sequências de sua história de vida que lhes pareciam mais significativas e que se interrogassem sobre as suas rupturas, escolhas, passagens, entre essas sequências.

A trajetória de João foi, desde o início de sua vida, marcada por inúmeras rupturas. Em referência às rupturas no contexto familiar, estas ocorreram devido à separação dos pais, que impossibilitou a vinculação com a linhagem paterna; a separação com a mãe e com alguns de seus irmãos por residirem com ela, e por um irmão de quem diz gostar muito, mas que está em cumprimento de medida socioeducativa de internação. A trajetória de Pedro, por sua vez, é marcada por diversas mudanças geográficas. Aos 10 anos de idade, mudou-se de cidade com seus pais e sua irmã, por questões econômicas e para *mudar de vida*. Pedro destacou bastante esse processo, afirmando ter chorado muito e adoecido em virtude de ter sido um momento difícil e significativo em sua vida. Sobre os aspectos que

constituem a vida dos jovens, Pais (2001) afirma que os cursos de vidas são textos cada vez mais bifurcados e baralhados, pois os contextos de vida são cada vez mais instáveis e variáveis. Essas novas formas de mobilidade funcional e geográfica, segundo o autor, balizam o futuro de vida e trabalho. Quando se refere ao contexto de João, Takeuti (2002, p. 246) observa que esses processos de transitoriedades não expressam apenas o “plano material – precariedade de condições objetivas de vida –, mas, sobretudo a partir da dimensão psicoafetiva – ausência paterna e, em alguns casos, desafetos maternos”.

No que diz respeito às trajetórias escolares, João, como diversos outros jovens que cumprem medidas socioeducativas, relatou inúmeras situações de interrupções no percurso escolar, devido a conflitos com alguns jovens e com a direção da escola; por isso, relatou estar desmotivado para concluir o ensino fundamental. Cabe pontuar que João teve seus documentos extraviados na instituição onde ficou internado provisoriamente e, sem tais documentos, não foi possível efetuar de imediato a matrícula. Takeuti (2002, p. 253) apresenta uma situação que abarca a situação de João, pois há um profundo descrédito e apatia que o desinteressou para investir num percurso escolar: “A trajetória escolar dos jovens é, em sua grande maioria, descontínua [...] [e] irregular, no sentido em que o seu início é, em muitos casos, feito tardiamente, com seu percurso marcado por inúmeras interrupções”. As trajetórias escolares de Pedro foram encaradas por desafios e reprovações, o jovem lembrou uma situação por que passou aos 10 anos, quando se matriculou em uma escola do município e teve dificuldades em se vincular com os colegas por ser de outra cidade e ter uma cultura diferente da deles.

No que diz respeito ao trabalho, para João, a sobrevivência econômica é buscada

por meio de diferentes tipos de trabalhos, mas com características comuns: serem informais e instáveis, marcando novas e repetitivas rupturas. Tais características também acontecem com os trabalhos esporádicos de Pedro, que relata já ter sido vendedor de água na praia e ter trabalhado em um supermercado de seu bairro, sem vinculação empregatícia. Um aspecto que representa o cotidiano de grande parte dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas é citado por Takeuti (2002) como relações que se encontram fortemente precarizadas, pois oferecem pouca estabilidade, escassas chances de realização pessoal/profissional e raras promessas de uma vida melhor. Nesse sentido, os jovens veem pouco sentido para adentrar nessa esfera do trabalho, tendo em vista que os requerem apenas para trabalhos pouco remunerados, com vínculos informais de trabalho, atrelado a uma exaustiva jornada de trabalho. Um ponto a ser destacado diz respeito à esfera do trabalho e da criminalidade; segundo Feffermann (2006, p. 129),

O sistema social, político e econômico vigente, alicerçado na acumulação do capital, cria e reproduz uma reserva de força de trabalho desempregada ou parcialmente desempregada, e uma grande parcela desta população passa a desenvolver estratégias de sobrevivência, sendo que alguns transpassam o limite da legalidade.

Ao fim da elaboração e apresentação das Trajetórias Sociais, foi realizada uma finalização do encontro, incentivando-os a fazer uma integração do que foi trabalhado até o momento. No que se refere a João, visualmente percebeu-se a existência de uma lacuna significativa em um período específico de sua vida, que não foi descrita e comentada por ele. Quando questionado sobre essa lacuna que estava em branco, o jovem relatou que o motivo que o levou a não querer completar foi por ser o período que cometia os atos infracionais, relatou ser um período que quis esquecer, “o passado fica no passado”, disse ele.

Segundo Pais (2001, p. 72) “a memória se expressa muitas vezes através de silêncios, de lacunas, de não-ditos. Os relatos biográficos giram, pois, em torno de percursos perdidos no passado e na memória desse passado”. A partir do diálogo sobre a lacuna existente no cartaz que ilustrou a sua trajetória, abriu-se um espaço para a fala desses momentos de atos infracionais que foram por diversas vezes silenciados pelo jovem.

Em relação ao contexto dos atos infracionais, a experiência de João coaduna com o que Feffermann (2006) afirma sobre as relações do trabalho com o tráfico de drogas, a qual expõe que o mercado ilegal tem surgido como uma resposta à marginalidade econômica. A ruptura com a criminalidade ocorreu, segundo João, no período em que conheceu a namorada, que tem uma participação significativa na vida dele, pois, além de contribuir majoritariamente com o sustento financeiro, teve um papel ativo no acompanhamento da medida socioeducativa de João.

É válido considerar que, durante a integração do que foi dito até então, percebeu-se que algumas características na história familiar de João reverberaram na cultura relacional do casal, pois, da mesma forma que João foi criado pela avó materna desde a infância, a namorada do jovem “optou” por deixar a filha morando com a mãe em outro bairro da cidade para morar com João. Essa decisão foi tomada com o objetivo de almejar uma educação de qualidade para a filha e devido a ela trabalhar grande parte do tempo, dispondo pouco espaço de tempo para cuidados. Nesse sentido, é importante destacar que “a sucessão das gerações inscreve seus efeitos em cada um dos membros de uma família que está, assim, ligado aos outros por uma série de elos econômicos, ideológicos, afetivos” (Gaulejac, 2014, p. 24).

Em relação a Pedro, o jovem resumiu todos os fatos apontados nas trajetórias nomeando-os como *experiências*. Assim,

tanto os aspectos negativos que aconteceram em sua vida quanto os aspectos positivos serviram para agregar como experiências de vida. Por isso, disse que não há do que se arrepender do que já foi vivido, por exemplo, do uso de drogas e de seu ato infracional, pois todos esses eventos foram um destino proposto por Deus: “se deus quis assim...”. Para o jovem, todas as experiências serviram para o seu amadurecimento. Nesse momento de integração, o jovem foi até a cartolina e escreveu: “A humildade não te faz melhor que ninguém, mas te faz diferente de muitos”. Depois de escrever a frase, Pedro enfatizou a questão da importância da experiência, dizendo que se sente diferente dos outros jovens de sua idade; isso se deve às dificuldades que já enfrentou e, com isso, mais maturidade para encarar as dificuldades da vida.

De acordo com Takeuti (2002), o jovem procura saídas para as contradições que ele afronta: entre as condições de vida que produzem o fracasso e o desejo de superá-las, entre o peso de uma história dolorosa e aspiração por uma vida melhor. Nesse sentido, para a autora, é importante não separar o processo de adaptação desses jovens das suas condições concretas de existência e os efeitos dessas condições sobre o seu vivido, como pode ser observado e pontuado na construção das Trajetórias de Pedro e João.

Considerações finais

O presente artigo foi produzido a partir de reflexões oriundas de uma experiência de estágio em Psicologia Social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, tendo como objetivo apresentar a ferramenta teórica-metodológica das Trajetórias Sociais e evidenciar a riqueza que o encontro mediado por essa ferramenta pode propiciar. Ao se trabalhar com a ferramenta das TS como uma proposta de complementação dos atendimentos

socioeducativos, segundo a proposta de Gaulejac (2014) e Soares e Sestren (2007), abre-se o horizonte de possibilidades para (re)conhecer os jovens inseridos nas políticas públicas de assistência social, seu contexto histórico, suas histórias de vida, que muitas vezes são marcadas por encontros e rupturas.

Pôde-se perceber, nesse sentido, que a construção das Trajetórias Sociais com jovens que cumprem medidas socioeducativas se constitui uma possibilidade que permite avançar no processo de compreensão e intervenção dos (e com) os respectivos sujeitos; pois, entre outros aspectos, a construção e discussão das Trajetórias não tem como foco especificamente a questão-problema imediata que envolve a vida dos jovens e o motivo pelo qual ele deve realizar o atendimento socioeducativo. Ao contrário, ela abre possibilidades para que o jovem desenvolva o exercício de reflexão sobre diversos aspectos do passado, do presente e do futuro, aspectos esses que são e estão atrelados à realidade macrosocial, e não como forma individualizante e penalizadora.

Assim, foram entrelaçados os processos históricos de construção familiar dos sujeitos, por meio do genograma e da apresentação de aspectos ocupacionais, sociais e familiares que envolveram as Trajetórias Sociais desses jovens. Gaulejac (2014) enfatiza que tal procedimento favorece, ao mesmo tempo, tanto o envolvimento que põe em jogo as técnicas de expressão livre quanto a aproximação das histórias, pelas lembranças que emergiram, e o distanciamento das histórias de si, ao serem contextualizadas.

A elaboração da intervenção por meio das Trajetórias Sociais com João e Pedro, de modo geral, possibilitou compreender, a partir da escuta ativa de suas histórias, a aproximação do modo como os sentimentos e concepções de mundo são apropriadas em relação às suas experiências da vida cotidiana. Isto é,

pôde-se perceber aspectos descritivos e muitas vezes colocados objetivamente, e também aspectos analíticos, referentes às concepções que os jovens têm de si e da realidade social em que vivem.

Ampliando as possibilidades de novas pesquisas, a partir desses estudos, aponta-se a possibilidade de pensar o desenvolvimento de estudos que visem evidenciar as aproximações e distanciamentos entre a proposta das Trajetórias Sociais dos sujeitos com as propostas de investigações das abordagens biográficas das Histórias de Vidas, ambos considerados ferramenta de intervenção social, visto que estas se mostram articuladas na construção e elaboração dos sujeitos sobre as suas experiências de vida. Sugere-se, por fim, que tal proposta não se esgote nesta breve experiência analisada, mas, sim, que possa ser utilizada como meio para fomentar mais pesquisas e intervenções com jovens que (sobre)vivem nos contextos sociais e institucionais abordados.

Referências

- Arend, S. M. F. (2011). *Histórias de abandono: infância e justiça no Brasil*. Florianópolis: Ed. Mulheres.
- Brasil. (2015). *Diretrizes Nacionais para a educação escolar dos adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo*. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação, Brasília/DF. Recuperado de https://undime.org.br/uploads/documentos/phplThfgW_559ac1f882998.pdf.
- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Referências Técnicas para Atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – Creas*. Recuperado de <http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2013-CREPOP-CREAS.pdf>.
- Coutinho, M. C. (2009). Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 189-202.
- Diogo, M. F., & Coutinho, M. C. (2011). O desafio de tornar-se sujeito da própria história: análise de uma trajetória socioprofissional. *Revista Sociais e Humanas*, 24(2), 178-192.
- Dubar, C. (1998). Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação & Sociedade*, 19(62), 13-30.
- Feffermann, M. (2006). *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis: Vozes.
- Flores, P. S. (2011). *Oficina socioeducativa: oficina com adolescentes em medidas socioeducativas*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Freitas, R. F., Silva, J. P., & Gama, A. H. (2017). Os direitos da criança e do adolescente: aporte histórico e evolução jurídica à luz da proteção humana. *Revista Aporia Jurídica*, 1(7).
- Gaulejac, V. (2014). *A neurose de classe: Trajetória Social e conflitos de identidade*. (1a ed., M. B. de Medina, Trad., N. Takeuti Col.). São Paulo: Via Lettera.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.
- Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. (2012). Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional;

- e altera as Leis n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm.
- Malvasi, P. A. (2011). Entre a frieza, o cálculo e a “vida loka”: violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. *Saúde e Sociedade*, 20(1), 156-170.
- Pais, J. M. (2001). *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar.
- Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. (2016). Ministério da Saúde – Conselho Nacional de Saúde. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html.
- Rizzini, I. (1997). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula.
- Rizzini, I., & Pilotti, F. (1995/2011). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais – da legislação e da assistência à infância no Brasil* (3a ed.). São Paulo: Cortez.
- Sales, M. A. (2007). *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da Violência*. São Paulo: Cortez.
- Savanhago, L. (2019). *Sentidos sobre o trabalho para jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Florianópolis.
- Schucman, L. V. (2010). Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Psicologia Política*, 10(19), 41-55.
- Soares, D. H. P., & Sestren, G. (2007). A trajetória sócio-profissional. In M. Lima & D. Barros (Orgs.). *Orientação profissional: teoria e técnica* (3a ed., pp. 81-96). São Paulo: Vetor.
- Takeuti, N. M. (2002). *No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Wacquant, L. (2001). *As prisões da miséria* (A. Telles, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Recebido em: 8/2/2019

Aceito em: 4/7/2020

A revista PPP está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).